

A iniciativa difícil

James

25 JUL 1985

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

Uma frase padrão resume as críticas ao discurso que o presidente José Sarney fez na segunda-feira. Faltam definições. E verdade, e é igualmente curioso que os críticos não tenham percebido que aguardar definições do governo Sarney equivale a assistir à peça "Esperando Godot", de Samuel Beckett. Nela, um personagem espera por outro que nunca aparece.

A razão dessa indefinição quase compulsória está na própria origem do governo. Trata-se de um governo de coalizão, produzido por surpreendente consenso político, econômico e social em torno do falecido Tancredo Neves. A dupla Tancredo — Sarney foi eleita sem sequer ter produzido um programa governamental.

Essa deficiência seria surpresa por uma estratégia

que foi claramente delineada, e que uma parcela da elite brasileira parece ter esquecido. Seu formulador foi o líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, com o aval expresso de Tancredo Neves. Nessa trilha o governo da Nova República sancionaria imediatamente tudo que fosse produto de consenso político. As questões que dividem seriam transferidas como uma pauta para a Assembleia Nacional Constituinte.

O consenso deveria ser produzido entre as forças políticas no Congresso Nacional. De fato, quando elas se puseram de acordo, removeu-se o entulho autoritário e convocaram-se eleições para as capitais no fim deste ano. O presidente Sarney contribuiu com a emenda que restabelece a eleição presidencial direta e com a convocação da Constituinte. Fora daí, as

iniciativas estão partindo da sociedade e não do governo.

Dante da bancarrota do Banco Sul Brasileiro, tanto os políticos quanto a sociedade gaúcha se mobilizaram, produziram um consenso interno e impuseram ao Congresso um esforço para financiar a instituição falida. A diferença é essa. Quem quiser ganhar espaços políticos, econômicos e sociais até a Constituinte terá de se esforçar para gerar um consenso. As idéias ou definições que em vez de somar dividem serão naturalmente adiadas para que a Constituinte resolva.

O próprio governo Sarney descobriu isso na prática com sua única iniciativa polêmica, a proposta de reforma agrária. Este foi um dos raros itens em que o presidente Sarney avançou além do projeto original de Tancredo Neves. O falecido presidente era muito explícito: a reforma agrá-

ria deveria ocorrer no Nordeste e não em Londrina. O destino dessa proposta do governo, a curto prazo, parece óbvio. O tamanho da reação dos produtores agrícolas e latifundiários em geral determinará se a reforma agrária acontecerá agora ou fica para a Constituinte.

O que está implícito num governo de coalizão é que o seu grau de identidade é baixo. Quanto mais impreciso, melhor. O raciocínio nada tem de irônico. Na medida em que um governo de coalizão se define, ele delinea seus contornos, ou seja, exclui parte de seus apoios. Mas parece claro hoje que perder apoios é algo que esse governo não pode se permitir. O seu propósito não é aplicar um programa de governo mas sim realizar uma transição democrática.

Uma parte da elite brasileira parece sofrer de nostalgia do autoritarismo quando reclama mais definições do governo Sarney. As que ele pode fazer já foram quase todas feitas. A saber: um crescimento econômico em torno de 5% ao ano; a negociação da dívida externa a partir desse patamar básico; a opção preferencial pelos pobres, através do programa de emergência; o combate à inflação.

O resto não é da conta desse governo. Do ponto de vista do presidente Sarney, a Nova República abriu o espaço para que a sociedade brasileira se organize. A redução dos poderes do Estado está estreitamente vinculada à competência das iniciativas da sociedade. Agora, como na canção, quem sabe faz a hora, não espera acontecer.